

## O repertório da modernização agrícola e sua dimensão regional: uma questão do tempo presente brasileiro – o caso da extensão rural em Santa Catarina (1956-1970)

The repertoire of agricultural modernization and its regional dimension: a question of the Brazilian present time – the case of rural extension in Santa Catarina (1956-1970)

Reinaldo Lindolfo Lohn\*

<http://orcid.org/0000-0002-7902-2733>

### Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar historicamente a implantação do serviço de extensão rural em Santa Catarina, considerando-o como parte da difusão de um repertório político associado às chamadas teorias da modernização. A partir de uma documentação produzida na década de 1960, pretende-se destacar as implicações sociais e culturais das opções políticas em torno da construção de práticas agrícolas empresariais, destacando a escala regional como capaz de proporcionar a observação de um fenômeno que marca o tempo presente brasileiro.

**Palavras-chave:** tempo presente, região, teorias da modernização, agricultura, repertórios sociais

### Abstract

This text aims to historically analyze the implementation of the rural extension service in Santa Catarina, considering it as part of the diffusion of a political repertoire associated with the so-called theories of modernization. Based on documentation produced in the 1960s, it is intended to highlight the social and cultural implications of political options around the construction of entrepreneurial agricultural practices, highlighting the regional scale as capable of providing the observation of a phenomenon that marks the present time in Brazil.

**Keywords:** present time, region, theories of modernization, agriculture, social repertoires

---

\*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: reilohn@gmail.com

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve uma intensa atividade política e disputas em torno de modelos e projetos sociais pautados pela busca do desenvolvimento socioeconômico, particularmente em regiões então consideradas em descompasso em relação aos chamados países industrializados. A rápida expansão do número de Estados-nações independentes com economias predominantemente rurais e a atuação de governantes descontentes com a correlação de forças que se seguiu às lutas contra o colonialismo animavam as demandas por recursos e formulações que servissem como bases e programas para mudanças sociais. Foi quando se verificou uma circulação internacional de ideias e repertórios políticos e sociais que giraram em torno de posições tanto consideradas nacionalistas quanto as que vieram ser consideradas como desenvolvimentistas. As políticas internas de diferentes países e suas correspondentes relações internacionais sofreram influências e giraram em torno de tais temas.<sup>1</sup> A industrialização seria uma meta a ser atingida pelo engajamento coletivo alcançado por diferentes e, por vezes, antagônicas políticas de Estado que viessem a formar consensos capazes de garantir coalizões políticas e sociais majoritárias.

Este texto focaliza a apropriação nacional e regional de aspectos desse variado quadro de representações sociais no Brasil, as quais evocavam em geral a premência do fomento ao progresso técnico e o desenvolvimento científico como meios capazes de assegurar alterações em estruturas produtivas fundamentais. Um setor que se tornou um alvo para diferentes intervenções voltadas a promover mudanças socioeconômicas foi a agricultura. Por meio da análise de documentos e informações coletadas acerca da implantação no Brasil, com foco no Estado de Santa Catarina, de um programa de assistência tecnológica e financeira a agricultores que ganhou o nome de Extensão Rural, pretende-se explorar as apropriações das chamadas “teorias da modernização”, particularmente as representações sociais que deram sustentação a ações governamentais em âmbito regional. Tais questões compõem o tempo presente da sociedade brasileira de modo indelével, na medida em que dizem respeito à constituição de discursos que pautaram e legitimaram o que veio a se tornar a estrutura do chamado agronegócio no país. Considera-se aqui a necessária interação entre passado e presente, além de distintas escalas de observação dos fenômenos históricos, como condição para uma história viva e da vida, uma história que se proponha a interrogar o tempo presente

---

<sup>1</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)” In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 1994, Vol. 37, n.º 1, p. 24-36.

incessantemente, por meio de novas interpretações. O tempo presente é um tempo vivido, que se articula individual ou coletivamente ao tempo histórico abrangente naquilo que este afeta nossas vidas. Isso possibilita uma história em que se “esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”.<sup>2</sup>

A modernização da agricultura em meados do século XX desdobrou-se na constituição de um complexo agroindustrial que se tornou um dos principais mecanismos de apropriação econômica e relações políticas no Brasil no tempo presente. Dois documentos ganham destaque no presente estudo: um trabalho analítico realizado em 1961 para a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e um relatório da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) elaborado em 1967. O objeto da presente discussão passa pelo que se pode chamar de “aclimatação” da ideia de modernização por agentes governamentais brasileiros no segundo pós-guerra, sendo que a escala da região é manejada com vistas a uma interpretação que leve em conta as singularidades de um amplo processo histórico.

O trabalho de investigação sobre tal temática envolve destacar o êxito da ideia de modernização, tal como foi definida entre os anos de 1950 e 1960, em delinear políticas governamentais em diferentes níveis de intervenção. Competindo com as proposições oriundas de formulações críticas ao capitalismo, em especial o marxismo, as teorias da modernização elaboradas a partir de matrizes sociológicas em evidência nos Estados Unidos, como o funcionalismo, propunham que o desenvolvimento econômico levaria à elevação dos padrões de vida e à democracia. Para tanto, as alterações tecnológicas decorrentes da industrialização impactariam traços psicológicos e culturais das populações pobres dos chamados países subdesenvolvidos. Os povos situados em uma posição de subdesenvolvimento estariam submetidos a tradições religiosas irracionais e a valores comunitários que desestimulariam a iniciativa individual.<sup>3</sup>

É possível apontar que tais teorias da modernização caíram em terreno fértil no Brasil. Ao serem incorporadas nas justificativas de projetos governamentais, passou-se a fazer um uso político de tais formulações, de modo a servirem a uma lógica de poder e confirmar noções há muito em circulação

<sup>2</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Ed. Unicamp, 2007. p. 456.

<sup>3</sup> INGLEHART, Ronald; WETZEL, Christian. “How development leads to democracy: what we know about modernization” In *Foreign Affairs*. New York, 2009, Vol. 88, n.º 2, p. 33-48.

no país, constituindo-se em um repertório específico no interior de programas de desenvolvimento. Tais noções tiveram a capacidade de plasmar-se com as concepções sociais e políticas há muito vigentes. Programas políticos completos voltados a alterar diferentes aspectos da paisagem social e cultural brasileira foram então introduzidos por meio de iniciativas governamentais.

Para a análise de tais aspectos na trajetória histórica dos programas de extensão rural, toma-se aqui o caso de sua implementação no Estado de Santa Catarina desde meados dos anos de 1950 até o final da década seguinte. Busca-se compreender, por meio de um jogo de escalas, as articulações entre as características regionais e as movimentações políticas em torno de ideias que então ganhavam destaque no país e que dialogavam com noções que circulavam em âmbito internacional. A partir de tal foco e objetos, é possível discutir o emprego de um repertório político que buscou uniformizar as populações rurais em torno de um modelo considerado ideal de produtor, o que em Santa Catarina assumiu feições singulares.

O recorte temporal do presente estudo obedece às informações disponíveis sobre a implantação do serviço de extensão rural em Santa Catarina e à documentação pesquisada. Entre as décadas de 1950 e 1960 as teorias da modernização foram difundidas por agências do governo norte-americano, o que se acentuou particularmente após a administração de John Kennedy. Acentuouse que ainda antes do período em apreço, noções suscitadas por tais teorias estiveram em circulação no país, desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando ações governamentais estiveram atravessadas por um ideário social e político.<sup>4</sup> Esse processo desdobrou-se em mitos políticos então associados a programas de desenvolvimento fomentados por diferentes governos dos Estados Unidos.<sup>5</sup> Por outro lado, a partir da década de 1970, mesmo durante a ditadura militar, modelos e práticas que dominaram a extensão rural em seus primeiros anos de implantação no país sofreram críticas profundas dos próprios agentes envolvidos com o extensionismo e de movimentos em atuação no meio rural brasileiro.

Contudo, não se trata aqui de propor uma extensa revisão das teorias da modernização, mas situar seu emprego nas políticas governamentais voltadas para a agricultura em Santa Catarina no período em apreço. Tampouco se pretende dar conta da apropriação de tais teorias no conjunto do continente

<sup>4</sup> LOHN, Reinaldo L. "Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960)" In *Espaço Plural*. Mal. Cândido Rondon, 2000, Vol. 9, n.º 18, p. 9-17.

<sup>5</sup> ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press, 1995. p. 82.

latinoamericano, bem como de seus impactos ambientais, o que fugiria do escopo da proposta. Busca-se um estudo historiográfico que considere a escala regional de uma questão que atravessa o tempo presente brasileiro e impacta políticas públicas que afetam o conjunto da sociedade.

Toma-se como pano de fundo da discussão as representações sociais associadas ao progresso técnico. A chamada Revolução Industrial ocorrida na Europa entre os séculos XVIII e XIX não apenas impactou as relações e forças produtivas em um processo crescente, como também gerou um imenso e variado repertório de imagens e ideias que se tornaram referências culturais ocidentais. Estas criaram expressões socioculturais estruturadas pelas descrições épicas da formação de grandes cidades, de multidões ordenadas pelo saber científico gerencial e pelas fábricas e suas chaminés. Imaginários que atravessaram diversas sociedades, evocando máquinas e produtos dos mais distintos, além de uma produção de conhecimento estruturada em torno de paradigmas evolucionistas que norteou projeções sociais que circularam em espaços globais, acompanhando a dominação de impérios coloniais e grandes corporações privadas, com a afirmação de discursos racistas que sustentavam a superioridade cultural da chamada civilização do Ocidente capitalista e industrial sobre o conjunto do planeta.<sup>6</sup>

A difusão dos modos de produção desencadeados pela industrialização logo superou, contudo, os perímetros urbanos e, ao final do século XIX, em alguns países do centro capitalista, o espaço rural tornou-se também alvo de investidas com vistas a mecanizar e a padronizar as atividades agrícolas, aumentando exponencialmente a capacidade de produção voltadas para mercados internacionais. O Brasil cafeeiro, ainda sob os mecanismos sociais que submetiam a maior parte da classe trabalhadora aos processos da chamada “segunda escravidão”,<sup>7</sup> viu os primeiros esforços para uma articulação entre ciência e tecnologia industrial, com a montagem de uma estrutura que envolveu políticas de crédito e, como é sabido, vasta influência política.<sup>8</sup>

No século XX, em especial no período que Eric Hobsbawm chama de “Era de Ouro” do capitalismo, situado entre os anos de 1947 e 1973, teria ocorrido um impacto social de grande envergadura que modificou a vida de

<sup>6</sup> ADAS, Michael. *Machines as the measure of men: sciences, technology and ideologies of Western dominance*. Ithaca, Cornell University Press, 1989. p. 339-340.

<sup>7</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão” In *Topoi*. Rio de Janeiro, 2011, Vol. 12, n.º. 23, p. 97-117.

<sup>8</sup> Cf. MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo, Unesp, 1994; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

diferentes populações. Consideráveis contingentes demográficos deixaram de viver “plantando alimentos e pastoreando rebanhos”.<sup>9</sup> O aumento exponencial na produção de alimentos teria reduzido o número de países dependentes exclusivamente da agricultura. A ciência e a tecnologia seriam as bases para a crença em meios governamentais e intelectuais, segundo a qual “o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade”. Um tipo social e um modo de vida, o dos agricultores e criadores de subsistência, desapareceriam: era “a morte do campesinato”.<sup>10</sup>

Para Raymond Williams, desde o início da era industrial as intensas alterações na vida das populações rurais alimentaram diversas atitudes e representações sociais em relação ao campo. A poesia e a literatura inglesas teriam sido marcadas ao longo do século XIX pelo que autor chamou de “bucolismo”, com a idealização do mundo rural, lugar da vida boa, onde persistiriam a ordem natural, os valores morais e as hierarquias consolidadas. Tal percepção estimulou visões de mundo no âmbito político, alimentando várias formas de reacionarismo.<sup>11</sup> Foi a época do movimento romântico, inspirando folcloristas na busca pelo registro de “tradições” apagadas pelo avanço do capitalismo.

Mas, as subseqüentes alterações nos modos de vida rurais e nas percepções sociais relativas à agricultura não alcançaram as populações do mesmo modo, ritmo ou condições, bem como a pretensa “morte do campesinato” não significou um processo isento de conflitos. No âmbito de transformações socioculturais tão intensas, a historiografia pode ressaltar singularidades que escapam às interpretações que procuram uma abrangência capaz de abarcar a totalidade de processos que, quando observados a partir de escalas de observação diversificadas, particularmente aquelas que ressaltam a perspectiva regional, ganham outras configurações. A variação de escalas de análise social proporciona a compreensão dos debates públicos em diferentes dimensões, destacando aquelas que dizem respeito às práticas sociais singulares. Isso implica no que Jacques Revel tem em vista quando propõe “variar a focalização do objeto”, de modo a não apenas a evitar generalizações, mas também para compreender que cada escala de observação altera o objeto ao “modificar sua forma e sua trama”.<sup>12</sup>

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p. 18.

<sup>10</sup> *Ibidem*. p. 257; 284.

<sup>11</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989. p. 32-56.

<sup>12</sup> REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” In *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2010, Vol. 15, n.º 45, p. 434-444.

A introdução de mudanças tecnológicas no meio rural brasileiro no segundo pós-guerra do século XX com base em programas públicos e privados chamados de extensão rural mobilizou ideias e grupos políticos influentes. As atividades extensionistas no Brasil, notadamente norteadas pelas teorias da modernização, começaram a ser implementadas em 1948. Foi então realizada uma primeira experiência, em Minas Gerais, patrocinada pela American International Association for Economic and Social Development (A.I.A.), uma entidade privada e supostamente filantrópica fundada dois anos antes pelo magnata norteamericano Nelson Rockefeller. A partir de tal iniciativa, o governo mineiro criou a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).<sup>13</sup>

Os programas de extensão rural evocavam referências culturais associadas ao progresso técnico e seus impactos sobre as populações do campo. Não se pode deslocar essas iniciativas de um contexto marcado por disputas de largo alcance, em geral envolvendo o domínio dos países industrializados sobre populações e recursos naturais. Conflitos em escala internacional suscitaram projetos de transformação social, programas desenvolvimentistas e lutas para a libertação de povos das chamadas heranças do julgo colonial e de estruturas que mantinham a desigualdade no comércio mundial. As mobilizações militares, políticas e sociais haviam tomado dimensão dramática em duas grandes guerras, tendo continuidade na dominação política e econômica de diferentes países, bem como na manutenção da pobreza como rotina entre populações as mais variadas. As lutas sociais intensificaram-se e um senso internacionalista ganhou corpo, sejam naquelas inspiradas no marxismo ou nas que uniam lideranças populares a propostas reformistas. Movimentos de libertação nacional e a articulação em torno de ideias como a de “terceiro-mundismo”, bem como a aproximação entre os países que se consideravam não-alinhados à estrutura bipolar da guerra fria, ganharam força a partir da década de 1950, tendo como um de seus marcos a Conferência de Bandung.<sup>14</sup>

De sua parte, as respostas formuladas pelos centros hegemônicos do capitalismo a tais desafios variaram, mas também foram animadas por um senso de atuação internacional, estimulando a difusão das teorias da modernização. Estas procuravam dar conta de questões que pareciam então paradigmáticas: apesar dos avanços tecnológicos, grande parte do mundo mantinham-se em uma condição que então situava numerosas populações como “subdesenvolvidas”.

<sup>13</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. “Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil” In *História Unisinos*. São Leopoldo, 2010, Vol. 14, n.º 2, p. 188-196.

<sup>14</sup> PEREIRA, Analúncia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. “A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)” In *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre, 2015, Vol. 4, n.º 7, p. 119-138.

Mais do que uma formulação teórica, a superação do subdesenvolvimento pela modernização das sociedades seria um imperativo ético e moral em torno de programas de ação elaborados tanto no meio acadêmico quanto em esferas governamentais. Os Estados Unidos, assumindo o papel de liderança no âmbito da industrialização capitalista, enfrentavam os desafios postos pelas lutas sociais e políticas internacionais, além de seu grande antagonista ideológico, o socialismo real expressado pela União Soviética, propugnando e patrocinando meios para a superação do suposto atraso evolutivo e tecnológico que marcaria as sociedades consideradas as mais pobres. A modernização ganhou grande influência internacional sobre o patrocínio norte-americano, tornando-se um meio pelo qual as elites políticas de Washington passaram a perceber os problemas a serem enfrentados no chamado Terceiro Mundo e mesmo situar seu papel entre os demais membros do que se pretendia ser uma ordem mundial capitalista.<sup>15</sup> O poder exercido sobre a produção alimentícia foi base para políticas estratégicas que visaram aumentar o domínio sobre o mercado internacional, ao passo em que assumia uma face humanitária pela promoção de programas de ajuda alimentar a populações pobres.<sup>16</sup>

As iniciativas assim norteadas focavam no suposto atraso cultural e nas características evolutivas consideradas “tradicionais” das sociedades pobres. A grande potência capitalista proporcionava às elites nacionais desses países um modelo que poderia ser contraposto aos movimentos políticos insurgentes que combatiam o colonialismo e erguiam as bandeiras do antiimperialismo. Um interesse fundamental dos grupos que se alinhavam aos centros capitalistas de poder, particularmente na América Latina, era o de evitar quaisquer iniciativas que envolvessem grandes projetos de reforma agrária e alterações na estrutura da propriedade da terra. Ao invés de confrontos sociais, o foco na modernização deslocava a discussão para as práticas agrícolas antiquadas, as quais deveriam dar lugar a novas formas de organizar a produção e as sociedades como um todo, resultando em ações em âmbito psicossocial. No centro das medidas propostas estava a modernização da base econômica, com ênfase na agricultura, além da formação educacional de quadros capazes de difundir as mudanças e as novas mentalidades.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> EKBLADH, David. *The great american mission: modernization and the construction of na American world order*. Princeton, Princeton University Press, 2010. p. 190-191.

<sup>16</sup> MCDONALD, Brian. *Food power: the rise and fall of the postwar American food system*. New York, Oxford University Press, 2017. p. 135-136.

<sup>17</sup> ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

O Brasil vivia então as expressões de conflitos e contradições de uma sociedade que se industrializava rapidamente nos anos de 1950 e 1960, acompanhando uma robusta urbanização. A modernização, nesse quadro, seria concretizada por programas de reformas educacionais e novas formas de preparação para uma mão de obra que deveria estar apta a ingressar em relações de trabalho próprias ao capitalismo avançado. A abordagem funcionalista das teorias da modernização envolvia a noção de “capital humano”, uma proposição de Theodore Schultz,<sup>18</sup> autor que se dedicava a relacionar práticas educacionais e economia. Uma das formas de capital mais preciosas seria a educação, entendida como um investimento pessoal, a ponto de tornarse propriedade e valor acumulado por indivíduos empreendedores. A renda de cada país dependeria da escolaridade e da formação técnica de indivíduos aptos a criarem capital humano.

Além de suas características internas e de discussões acerca da validade de suas interpretações, pode-se considerar que as teorias da modernização foram empregadas em diferentes contextos como parte de repertórios para a “ação coletiva” de agentes sociais envolvidos nas disputas políticas em torno do desenvolvimento. Para Chales Tilly, no interior de um conjunto limitado de repertórios políticos à disposição dos grupos sociais em suas ações coletivas ou políticas, ocorre uma “tensão entre inovação e persistência”.<sup>19</sup> As teorias da modernização forneciam demandas, projetos e objetivos, ou seja, um “conjunto de formas de ação”, tanto no nível de novas linguagens quanto das práticas políticas, em meio a um contexto de amplas mudanças sociais.<sup>20</sup> No caso, pode-se sugerir que a ideia e os projetos associados à linguagem da modernização tornaram-se elementos de mobilização política para distintos agrupamentos, grupos e classes sociais.

A circulação do repertório construído em torno das teorias da modernização no Brasil foi facilitada em certa medida porque pareciam confirmar convicções arraigadas em setores de suas classes dirigentes. No século XIX, ao passo em que as lutas contra a estrutura escravocrata tornaramse mais amplas, as elites radicalizaram um pensamento conservador acerca do que seriam supostas limitações culturais da população, o que incluía apreciações

<sup>18</sup> SCHULTZ, Theodore W. “Capital formation by education” In *Journal of political economy*. Chicago, 1960, Vol. 68, n.º. 6, p. 571-583.

<sup>19</sup> MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político” In *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, 2009, n.º. 76, p. 11-48.

<sup>20</sup> ALONSO, Angela. “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito” In *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, 2012, Vol. 2, n.º. 3, p. 21-41.

racistas a respeito de sua composição racial. Posteriormente, já no período republicano, autores como Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna abordaram o que seriam os elementos nocivos presentes entre os trabalhadores pobres do Brasil, implicando em sua pretensa inaptidão ao capitalismo moderno. Tampouco a adoção de um pensamento culturalista, a partir de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, alteraria essa forma de compreender as condições sociais da pobreza. Apesar de situarem-se em quadro distinto das visões racistas dos predecessores, suas formulações alimentaram imagens que desenhavam uma população com uma trajetória própria, distante ou incapacitada aos padrões da modernidade ocidental.<sup>21</sup>

As experiências de extensão rural estimuladas e organizadas em diferentes partes do país podem ser tomadas como parte de uma trajetória histórica em que representações e programas políticos que elidiam os conflitos sociais em favor da lógica da modernização linear ganharam influência e circularam em diferentes meios. Visando influenciar os processos produtivos de segmentos de pequenos e médios proprietários agrícolas, os programas de extensão rural tornaram-se parte do processo histórico de intensa alteração nos meios de vida de uma grande parcela da população. Para que o agricultor estivesse “em condições de produzir” seria indispensável estar em “pleno gozo de suas faculdades físicas e mentais, garantidas por uma saúde perfeita, através de cuidados higiênicos, boa nutrição e satisfação espiritual, obtida através de uma vida confortável.”<sup>22</sup>

A participação do governo dos Estados Unidos em tais iniciativas, em plena guerra fria, sob a Doutrina Truman, procurava conter o suposto avanço do comunismo nos países considerados subdesenvolvidos. Aquele país exportava uma experiência que desenvolvia desde o século XIX e que assumiu, em 1914 a denominação de “Serviço Cooperativo de Extensão Rural”. A partir de 1938, “essa modalidade assistencial passou a ser cogitada para os países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina”.<sup>23</sup> Até a década de 1940, iniciativas análogas no Brasil ocorriam no âmbito do que se chamava de Fomento Agrícola, envolvendo as esferas ministeriais e secretarias estaduais, com vistas a distribuir insumos e máquinas adquiridos de empresas privadas

<sup>21</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 36-44.

<sup>22</sup> Cf. ACARESC. *Plano Diretor para 1963*. Florianópolis, ACARESC, 1963. p. 2.

<sup>23</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1973. p. 271.

e repassados aos produtores por meio de políticas de crédito oficial, particularmente do Banco do Brasil.<sup>24</sup>

Sob a mesma perspectiva, interessava ainda aos norte-americanos o controle sobre os mecanismos, insumos e formas de produção que ao longo dos anos seguintes ficaram conhecidos como parte da chamada “Revolução Verde”. Este conjunto de iniciativas estatais e corporativas contrapunhase às revoluções agrárias que mobilizaram populações camponesas ao redor do mundo. Constituíram-se então meios para a produção em escala global de insumos gerados pela pesquisa em genética vegetal, em especial sementes eficientes, principalmente de trigo, arroz e milho, as quais seriam adaptadas a diversos solos e climas, resistindo a doenças e pragas, o que envolvia a introdução de fertilizantes e pesticidas químicos em larga escala. A instrução técnica visava a incorporação pelos agricultores das novas tecnologias e práticas de trabalho. A Fundação Rockefeller fez seus primeiros experimentos no México<sup>25</sup> e posteriormente incentivou um movimento internacional que teve como um de seus mais importantes propagandistas o agrônomo norte-americano Norman Ernest Borlaug. Ressaltava-se a imagem humanitária da iniciativa, o que culminou com a entrega do Prêmio Nobel da Paz de 1970 a Borlaug. Muitas corporações privadas multinacionais somaram-se aos investimentos necessários para a difusão do pacote tecnológico que era acompanhado por um ideário orientado para a defesa do capitalismo e das elites nacionais comprometidas com as relações internacionais impostas pela geopolítica norteamericana.

Estava em jogo a transformação da agricultura em um novo campo de valorização para as grandes corporações capitalistas, implicando na “substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada”. Com tal pretensão, haveria “a expansão dos negócios nas grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários”. Como parte indispensável de tais esforços, houve a montagem de volumoso sistema financeiro capaz de assegurar créditos “aos países que

---

<sup>24</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. “Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945)” In *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, 2014, Vol. 16, n.º 1. p. 73-100.

<sup>25</sup> SILVA, Claiton Márcio da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Rio de Janeiro, 2009. 226 p. Tese (Doutorado em História). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. p. 60-61.

aderissem ao processo de modernização”.<sup>26</sup> Pode-se afirmar, portanto, que a “Revolução Verde” visava extirpar as ameaças de uma “revolução vermelha”.<sup>27</sup>

Iniciativas similares às da experiência pioneira em Minas Gerais foram verificadas em vários outros estados brasileiros naqueles anos. Na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a estrutura da extensão rural no Brasil ganhou formato oficial e mais consistente, inscrita como parte das políticas governamentais. Com vistas à expansão da iniciativa foi assinado um convênio de cooperação com o governo norteamericano, resultando na instalação de um Escritório Técnico de Agricultura (ETA), sediado no Rio de Janeiro. O foco seria mais amplo do que o das primeiras iniciativas, voltando-se de modo mais expressivo para o incremento da produção agrícola por meio projetos de conservação do solo, tratamento de pastagens, além de mecanização e irrigação. Em cada estado da federação foi então criado um escritório local, com numeração própria. No caso de Santa Catarina, foi então constituído o ETA-Projeto 17, em fevereiro de 1956, visando alterar profundamente as práticas de fomento agrícola oficial, submetendo-as ao projeto político e pedagógico inspirado pelas teorias da modernização. Isso implicava articular a dimensão do controle social sobre as populações rurais a um sistema de crédito para custeio e investimento agrícola, além de formação técnica de mão de obra no campo. Posteriormente, o escritório catarinense seria denominado Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), entidade filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), o que objetivava uniformizar as ações do programa. O surgimento dessa organização central retirou a relativa autonomia das iniciativas extensionistas frente à administração estadual, cedendo lugar ao planejamento subordinado a critérios de produtividade próprios da agroexportação.

As noções correntes nas discussões a respeito do desenvolvimento brasileiro ressoavam no discurso extensionista, envolvendo a ideia de que a capitalização dos processos produtivos agrícolas transformaria as formas de produção empregadas pelos produtores rurais, bem como de todo o conjunto de relações sociais correlacionadas. Em um estudo da ABCAR publicado em 1961, os autores afirmavam que “a defasagem entre a indústria e a agricultura chegou a separar, literalmente, o País em dois sistemas de organização econômica e social, cada um com seus níveis e métodos de vida próprios”. Como qualquer análise dualista, aponta-se a existência de um “país novo, que

<sup>26</sup> BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 45.

<sup>27</sup> BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Campinas, 1985, 443 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas. p. XVI.

se transforma e progride”, ao lado do “país arcaico, imobilizado no tempo e acomodado em seus espaços geográficos com a situação geral de pobreza e ignorância, com as rotinas herdadas do isolamento colonial”. A “nota marcante da atualidade brasileira” seria “o esforço para vencer o subdesenvolvimento”, pois “as necessidades cada vez maiores de se atender à demanda de consumo de alimentos e matérias primas nos grandes aglomerados demográficos” exigiriam “da agricultura uma transformação de base nos seus tradicionais métodos de produção, somente possível pela introdução de uma tecnologia contemporânea, basicamente responsável pelo incremento da produtividade agrícola”. Esta seria uma atribuição do Estado, ao qual caberia “vencer as resistências do Brasil arcaico pela promoção de mudanças culturais e tecnológicas capazes de corrigir as disparidades do desenvolvimento nacional”.<sup>28</sup>

Entre os problemas da agricultura brasileira listam-se a estrutura agrária e, principalmente, o “primitivismo dos métodos de produção”. Este último seria expresso pelo “uso geral da enxada, da foice e do machado, em contraposição ao reduzido grau de mecanização, de emprego de adubos e práticas mais avançadas, bem como os elevados índices de perdas causadas por pragas e doenças”. Enquanto a reforma agrária seria uma discussão aberta e sem concordâncias, haveria “um denominador comum de todas as opiniões divergentes: o imperativo da assistência técnica”. O desenvolvimento brasileiro estaria na dependência do avanço tecnológico, “quer como processo endógeno, ou decorrente da incorporação da técnica importada”.<sup>29</sup>

Além disso, a tecnologia não implicaria apenas numa abordagem econômica do problema rural, mas promoveria impactos no “lado humano da agricultura, aí compreendidos os aspectos sócio-econômicos e culturais que nos oferece o produtor -- o homem rural e sua família”. Neste “lado humano” estariam “muitos dos motivos reais problemas que têm dificultado ao produtor rural o acesso aos benefícios do progresso tecnológico”, residindo aí “diversas causas e fatores que não têm permitido à massa dos que vivem do trabalho da terra compreender e sentir -- muitas vezes, nem mesmo desejar -- as vantagens de um mais alto nível de vida”. Por isso, “a atuação dos técnicos tem que ser intencionalmente dirigida com o objetivo de contribuir para a

---

<sup>28</sup> LIMA, Jorge Pinto; RODRIGUES, Lincoln M.; CUNHA, Thiago Ferreira da; TORRES, Yonita Assenço. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura: formação profissional, mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1961. p. XI; 03-06.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 07-09.

transformação das condições sócio-econômicas e culturais dos agricultores e suas famílias”.<sup>30</sup>

O documento da ABCAR é revelador de um repertório intelectual e político que circulou com facilidade no país em meados do século XX. Assim, no mesmo ano em que a extensão rural foi institucionalizada em Santa Catarina, 1956, foi publicado um livro que pode ser considerado uma síntese de algumas das percepções que circulavam no âmbito do repertório da modernização brasileira. Em “Os dois Brasis”, o francês Jacques Lambert aponta que o país seria marcado por uma cultura nacional com “dois níveis bem diferentes”, ou seja, “dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida”. O Brasil seria constituído por “duas sociedades” que não haviam evoluído “no mesmo ritmo”, reproduzindo assim “os contrastes do mundo”. Uma cultura predominantemente rural contrastava com “outra sociedade”, formada nos arredores de São Paulo e da Região Sul. Neste outro país, a população seria “muito mais móvel e evoluída”, com a marca de imigrantes europeus que teriam trazido “novas técnicas e modos de vida”, resultando no “desenvolvimento de novas formas de agricultura”, além da indústria, da concentração de capitais nacionais e estrangeiros e dos transportes modernos”.<sup>31</sup> Seria, assim, uma sociedade em constante evolução. De um lado o Brasil arcaico. Do outro, o Brasil novo das áreas de imigração europeia.<sup>32</sup>

O livro de Lambert delineava de modo objetivo um conjunto de concepções que há muito circulavam e que eram marcadas pelo predomínio de interpretações “dualistas”, segundo as quais haveria no Brasil uma sociedade cindida entre uma parte moderna, urbanizada, dinâmica e industrial, a conviver com um outro país, caracterizado pelo arcaísmo e o tradicionalismo do mundo agrário e estruturas políticas que impediriam a constituição de um povo coeso. Cada um dos polos teria um processo histórico próprio, com dinâmicas distintas. Paulo Eduardo Arantes identificou entre parcelas intelectuais do Brasil no século XX o que chamou de “percepção da dualidade”, uma quase “experiência coletiva”, cuja abrangência influenciou as análises econômicas, históricas e sociológicas. A apropriação do funcionalismo que estruturou as teorias da modernização nos meios universitários brasileiros seria a reafirmação de tais percepções, segundo as quais o Brasil viveria uma “defasagem

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 18-39.

<sup>31</sup> LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976. p. 101-103.

<sup>32</sup> FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros” In *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2000, n. 15, p. 41-61.

a ser superada linearmente como quem vence etapas previamente traçadas pelo percurso das sociedades hoje plenamente modernas”.<sup>33</sup>

Richard Morse identifica esta percepção acerca de um continente que combinaria ritmos e diversidades contrastantes no próprio contexto de construção de uma ideia de nacionalidade, quando projetos liberais teriam sido acusados de serem incapazes de dar conta do controle social de populações extremamente diversas. Vertentes políticas pretensamente inspiradas pelo iluminismo e o liberalismo, por sua parte, anunciavam a necessidade de derrubar as ideias consideradas antiquadas herdadas do passado ibérico em favor do contratualismo e de lógicas de governo pessoais.<sup>34</sup> Oliveira Viana, no início do século XX, propugnou mesmo a incompatibilidade do liberalismo com os marcos mais profundos da nacionalidade, entre estes os limites de tal ideário quanto a proteger os “cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade”, pois “o homem que não tem latifúndio é, no interior, um homem permanentemente indefeso”, desamparado de qualquer instituição que não fossem os laços familiares.<sup>35</sup>

Essas questões mobilizaram coalizões políticas que teriam ordenado o debate público no Brasil desde a virada entre os séculos XIX e XX. Para Alfredo Bosi, o “comtismo gaúcho” opôs-se ao “liberalismo paulista” ao prescrever que caberia “ao poder público a função de promover e, no limite, controlar os rumos do desenvolvimento econômico” e de apelar para mecanismos de “incorporação” dos grupos populares à sociedade moderna.<sup>36</sup> O ideário desenvolvimentista de meados do século, portanto, seguiria uma lógica duradoura, segundo a qual a modernização do país exigiria a superação de tais dicotomias. Voltando os olhos para a história, houve a procura por explicar as causas do que à época era considerado o atraso brasileiro.

O arcaísmo brasileiro seria marcado pela produção em pequena escala e a tecnologia simples, além da inexistência de divisão do trabalho que não fosse baseada na idade e no sexo em atividades como a extração, a lavoura, a caça e a pesca, além do artesanato. As relações de trabalho assumiam formas

---

<sup>33</sup> ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarcz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. p. 22-26.

<sup>34</sup> MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo, Cia das Letras, 1988. p. 58; p. 101.

<sup>35</sup> VIANA, Oliveira. “Populações meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul” In SANTIAGO, Silvano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 1º volume. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002. p. 1044.

<sup>36</sup> BOSI, Alfredo. “A arqueologia do Estado-providência” In BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia das Letras, 1992. p. 273-307.

de subordinação direta, como no caso da parceria, do trabalho familiar e do auxílio vicinal. A identificação do atraso apontava, portanto, para o meio rural e, em particular, para a população de pequenos produtores que supostamente vivia em condições tradicionais e rudimentares. A produção de subsistência e aquela voltada para o mercado interno seriam reveladoras de traços sociais e históricos que bloqueariam o desenvolvimento. As atitudes intelectuais relativas a tais populações variavam entre a invisibilidade, como nos textos historiográficos em que eram “sistematicamente relegados a segundo plano, rotulados sob o signo da marginalidade”,<sup>37</sup> e as análises sociológicas que as enfocaram como obstáculo ao desenvolvimento. No caso dos autores situados no núcleo intelectual do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), vinculado ao Ministério da Educação na década de 1950, prevalecia a noção de alienação cultural para definir o atraso do povo brasileiro. Sua superação demandaria uma nova humanidade, construída por um programa que abrangesse a “planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica, maximização do ritmo de desenvolvimento”, cabendo “à burguesia progressista comandar esse processo”.<sup>38</sup>

De certo modo, a vulgata que o repertório da modernização fazia circular competia no interior de narrativas acerca do processo histórico da sociedade brasileira que mesmo setores ortodoxos das esquerdas então costumavam reproduzir. No âmbito do Partido Comunista, no mesmo período, discutia-se as supostas sobrevivências feudais que impediriam desenvolvimento brasileiro. As resoluções oficiais do partido pregavam então a “revolução democrático-burguesa”, etapa indispensável para o “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura”.<sup>39</sup> Defendia-se a necessidade da expansão do capitalismo no campo, com a formação de uma massa de proletários ruais que poderiam ser sindicalizados. Sabe-se que o debate entre as esquerdas foi intenso, levando à constituição de interpretações que procuravam refutar as teses ortodoxas em diferentes âmbitos, com destaque para teorias da “dependência”, as quais, em suas distintas e antagônicas versões, incluindo o núcleo formado na Universidade de São Paulo, questionavam a linearidade do processo de modernização e de desenvolvimento.

<sup>37</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 25.

<sup>38</sup> ORTIZ, op. cit., p. 60-65.

<sup>39</sup> AUED, Bernardete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas*. Florianópolis, UFSC, 1986. p. 24-25.

Em outra escala de observação, a implantação do serviço de extensão rural em Santa Catarina envolveu um acordo formal firmado entre o órgão nacional, representado pelo diretor brasileiro, o agrônomo Alberto Ribeiro de Oliveira Motta Filho, e pelo diretor norteamericano, o também agrônomo Ralph Hansen. O Governador de Santa Catarina chamavase Jorge Lacerda e seu Secretário da Agricultura era oriundo da região Meio Oeste do Estado, Mário Orestes Brusa, representante do partido político União Democrática Nacional (UDN). Um dos integrantes fundamentais do convênio era a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (FARESC). Tratava-se de um órgão patronal fundado em 1948, quando os grandes proprietários e empresários rurais organizaram-se contra a sindicalização de trabalhadores e propostas de reforma agrária, as quais eram combatidas pela Confederação Rural Brasileira (atual Confederação Nacional da Agricultura – CNA, principal braço político do chamado agronegócio). Pode-se considerar, portanto, que a FARESC detinha capacidade de pressão junto ao poder público, tendo sido a principal entidade privada envolvida na articulação para implantar a extensão rural em Santa Catarina.<sup>40</sup> Seu presidente, Clodorico Moreira, era produtor rural no Vale do Itajaí, em Indaial, e deputado estadual pela UDN, mesmo partido do diretor da entidade, o agrônomo João Demaria Cavalazzi. A influência e o controle do braço patronal sobre a extensão rural em Santa Catarina eram evidentes, o que ganhou ainda mais importância nas décadas seguintes.<sup>41</sup>

Os primeiros extensionistas foram recrutados em diversos Estados do país, pois Santa Catarina possuía poucos agrônomos. A extensão rural tinha uma estrutura de trabalho dividida entre o Escritório Central, para todo o Estado, os Escritórios Regionais, que envolviam um conjunto de municípios, além dos Escritórios Locais. A ACARESC era uma associação civil sem fins lucrativos financiada pelos governos estadual e federal, pela ABCAR e, em menor escala, pelo Serviço Social Rural, FARESC e Prefeituras Municipais.

As primeiras décadas de trabalho foram de grande expansão, com facilidade na obtenção de recursos e grande demanda dos municípios pela instalação de escritórios. De certo modo, o programa de extensão rural buscava reduzir as dificuldades então identificadas que seriam decorrentes da dispersão e da fragmentação cultural das populações rurais em Santa Catarina, o que dificultaria a integração estadual. Em 1970 ainda eram levantados “os graves

<sup>40</sup> SEIFFERT, Raquel Quadros. *Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)*. Florianópolis, 1990, 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 69-73.

<sup>41</sup> OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis, Epagri, 1996. p. 244-246.

problemas de acesso existentes entre as regiões produtoras e os polos de convergência das regiões consumidoras”, o que dificultaria “o fácil escoamento da produção agrícola”. Seriam “frequentes, por exemplo, as ocorrências (...) de regiões litorâneas importarem milho de Estados vizinhos”, enquanto as regiões do Oeste estariam apresentando “sérios problemas de superprodução daquele cereal”.<sup>42</sup>

Em meio a disputas ideológicas, sociais e programáticas, os agentes da extensão rural encontraram em Santa Catarina um espaço que poderia servir como modelo para a demonstração do êxito da modernização. Na época, para uma população total de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, cerca de um milhão e duzentas mil pessoas em Santa Catarina habitavam domicílios considerados rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>43</sup> Parcela considerável da população rural constituía um desdobramento dos processos sociais e políticos que animaram práticas imigrantistas que se avolumaram ao longo da segunda metade do século XIX. O singular abolicionismo de então visava eliminar o que se passara a considerar como um estigma que constringia as elites, sem avançar para melhorar as condições de vida de uma classe trabalhadora majoritariamente escravizada. É nesse quadro que houve a atração de imigrantes europeus com vistas a um notório projeto de embranquecimento da população brasileira por meio da introdução de trabalhadores provenientes da Europa. O processo de formação de uma sociedade capitalista com mão de obra assalariada, sob a pressão externa contra o tráfico escravo e a derrota dos sulistas na Guerra Civil dos Estados Unidos,<sup>44</sup> abriu oportunidades para que ganhasse foro de cientificidade o ceticismo das elites quanto aos potenciais de um país com uma população considera inapta à “civilização”.

Os municípios que pioneiramente receberam estruturas da extensão rural foram escolhidos por sua localização nas duas regiões que foram consideradas pelos dirigentes da entidade com mais potencialidade de trabalho no Estado: os vales do Itajaí e do Rio do Peixe. Para Raquel Quadros Seiffert, em Santa Catarina o extensionismo rural optou por priorizar “agricultores que tivessem condições de dar resposta aos objetivos da modernização”, evitando o que seriam as propriedades rurais “patológicas”, ou seja, que não apresentassem condições para superar o atraso de suas práticas agrícolas.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> Cf. IBGE. *Agro-informativo de Santa Catarina*. Ano I, nº 5. Florianópolis, fev/1971, p. 2.

<sup>43</sup> Cf. IBGE. VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950 - Estado de Santa Catarina, censo demográfico. Série Regional, Volume XXVII, Tomo 1 - Rio de Janeiro, IBGE, 1955, p. 76.

<sup>44</sup> MARQUESE, op. cit., p. 97-117.

<sup>45</sup> SEIFFERT, op. cit., p. 78.

Em 1970, um representante da região de Laguna em um congresso de lideranças cooperativistas reclamou que os “rurícolas” daquela região do litoral do Estado não recebiam assistência técnica, a qual estaria concentrada nas “regiões economicamente mais fortes”.<sup>46</sup>

Com forte atuação em áreas em que a população era formada por importantes contingentes de descendentes do processo de imigração europeia entre os séculos XIX e XX, a extensão rural ganhava um componente étnico em sua atuação. De certo modo, sua rápida incorporação como importante estrutura governamental, dizia respeito, em âmbito regional, a que suas formulações correspondiam aos pressupostos ideológicos que animavam uma elite política que se constituía na Primeira República e se orientara pela defesa de um imigrantismo, o qual ganhava em nível estadual as feições de um projeto social, como se fosse a solução para os “males” do país. As elites políticas de Santa Catarina esforçavam-se por mostrar a constituição demográfica do Estado como a confirmação de teses acerca da necessidade de modernizar o país pela imigração de elementos mais “civilizados”. Posteriormente, as teorias da modernização, em Santa Catarina, viram a ser aclimatadas a esta longa trajetória política das ideias e representações sociais em torno do imigrantismo.

Décadas de prédica imigrantista constituíram uma hegemonia em torno da questão. Em Santa Catarina, o republicanismo e o abolicionismo estiveram associados com a defesa de planos e iniciativas para atrair e fixar imigrantes europeus. Na região do Vale do Itajaí formou-se uma camada imigrantes que atingiram certa prosperidade com base na constituição de casas comerciais que diversificaram investimentos e geraram divisões sociais do trabalho mais complexas, desdobrando-se na formação de um mercado de trabalho local. Levas sucessivas de imigrantes favoreceram a difusão de conhecimentos técnicos, dinamizando atividades manufatureiras e industriais que floresceram no início do século XX. Os investidores aproveitavam as oportunidades de negociar em bases favoráveis com os pequenos agricultores, apropriando-se de valores gerados a partir dos excedentes criados pela pequena produção agrícola, e formavam uma rede de apoios que contava com as identificações étnicas. Neste caso, pode-se incluir certo orgulho migrante como fator de coesão e lealdade política.

Lideranças políticas aproveitaram esses mecanismos de aquisição de legitimidade para falar em nome dos supostos interesses de comunidades que

---

<sup>46</sup> Cf. RELATÓRIO das sessões plenárias do 1º Congresso Catarinense de Cooperativismo. Chapecó: 12 a 14 de outubro de 1970. p. 37. Mimeo.

se destacavam pela homogeneidade quando contrastadas ao conjunto da população brasileira.<sup>47</sup> Por meio da formação de redes estruturadas por vínculos familiares formou-se uma teia de interesses em que os políticos imigrantistas ganharam influência e constituíram-se como propagandistas das qualidades das etnias de origem europeia, uma massa de trabalhadores e trabalhadoras genericamente chamados de “colonos”. Além disso, parte significativa desses políticos eram também integrantes de atividades empresariais que tinham à sua disposição uma mão de obra disciplinada. A etnicidade como fator de mobilização política tornou-se particularmente importante em regiões densamente povoadas por colonos europeus e capazes de assegurar votos cativos aos líderes partidários e força de trabalho a empreendimentos que se articulavam na forma de redes de interesses a um só tempo privados e públicos.

O pretenso apego ao trabalho disciplinado tornou-se com o tempo base para a construção de vínculos entre ideias liberais e determinada ética cristã. Essa representação social unificou interesses políticos, empresariais e religiosos para acentuar “as concepções tidas como benéficas, baseadas na tradição democráticaliberalcristã” em contraposição às “concepções tidas como malélicas, taxadas como ideologias exóticas, defensoras do ateísmo ditatorial comunista”.<sup>48</sup> Uma das características relevantes a serem consideradas aqui está na representação política daí advinda de haver em Santa Catarina uma sociedade de proprietários, na qual o valor do trabalho disciplinado e a subordinação às relações de produção capitalistas foi fator de distinção e pujança econômica.

Na escala das relações políticas constituídas em Santa Catarina, os programas de extensão rural voltaram-se para regiões fortemente marcadas pela presença de colonos, os quais de certo modo confirmariam empiricamente o próprio êxito da modernização. Há muito tempo tais populações viam-se diante da necessidade de desenvolver estratégias que mantivessem sua condição camponesa. Nessa paisagem sociocultural formou-se um personagem que Giralda Seyferth identificou como “colono-operário”, tipo social ao qual foram associados os valores do trabalho e da disciplina incansáveis. Pequenos agricultores ciosos por sustentarem sua reprodução social como proprietários em difíceis condições de vida, ofereciam o trabalho do núcleo familiar

<sup>47</sup> SEYFERTH, Giralda. “Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro” In *Mana*. Rio de Janeiro, 1999, Vol. 5, n.º 2, p. 61-88.

<sup>48</sup> MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998, 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 91-145.

às indústrias de municípios como os de Brusque e Blumenau. Ao contrário da inexorável “morte do campesinato”, vítima de um processo de industrialização imparável, estratégias como essa indicavam que “a indústria, antes do seu maior desenvolvimento, não alterou fundamentalmente a pequena produção camponesa” porque baseada na exploração da mão de obra de colonosoperários.<sup>49</sup> A elaboração de estratégias familiares para a manutenção da condição de trabalhadores rurais, com controle da posse da terra, sugere que tais agricultores não eram agentes passivos e que pacientemente aguardavam sua extinção no interior de uma sociedade abrangente.

Samuel Harvey Franklin procurou demonstrar que os camponeses não seriam um grupo social destinado a simplesmente desaparecer pela “evolução” da sociedade industrial.<sup>50</sup> Do mesmo modo que outros estudiosos do tema (como o russo Alexander Chayanov e o tcheco Karl Kautsky) concentrou sua atenção na agricultura familiar no contexto do capitalismo, demonstrando que esta teria sua forma produtiva própria e meios para estabelecer-se no âmbito das sociedades contemporâneas. Em uma dessas formas, trabalhadores rurais ciosos em manter sua condição social e propriedades tornam-se camponeses-operários, dedicando parte de seu tempo ao trabalho em fábricas ou outras ocupações em geral urbanas. Em meados do século XX, juntamente com a industrialização, uma parcela considerável de pequenos proprietários catarinenses, em especial em áreas ocupadas por descendentes de migrantes provenientes da Europa, submeteu-se às disciplinas e regras do trabalho industrial como forma de obtenção de uma renda extra que permitisse manter a agricultura familiar.

Apesar dos laços com a propriedade da terra permitirem por vezes certa autonomia para os trabalhadores em circunstâncias de conflitos sociais,<sup>51</sup> tal configuração, que se pode localizar sob outras formas e condições em diversas regiões do Estado, caracterizou-se pela manutenção de relações sociais estáveis e hierárquicas. Essa mescla de interesses favoreceu a reprodução de estruturas de poder tradicionais pautadas na família e no respeito à ordem vigente, como base para “interesses conjugados entre Estado, iniciativa privada

<sup>49</sup> SEYFERTH, Giralda. “Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários”. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo, Marco Zero, 1987. p. 103-120.

<sup>50</sup> FRANKLIN, Samuel Harvey. *Rural Societies*. Londres, Palgrave, 1971, p. 12-37.

<sup>51</sup> NIEBUHR, Marlus. *Ecos e sombras: memória operária em Brusque-SC na década de 50*. Itajaí, Ed. Univali, 1999. 238p.

e sociedade”, na qual empresários ocupam diretamente cargos públicos em favor de pretensas garantias à comunidade.<sup>52</sup>

Um documento particularmente revelador é um relatório elaborado em 1967 pelos responsáveis pela extensão rural em Santa Catarina. Levado a cabo com base nas observações de técnicos agrícolas engajados no serviço de campo, delinea os contornos sociais e culturais que serviam como indicadores para a identificação dos agricultores mais modernizados de Santa Catarina. Os autores do relatório indicavam que a “transformação da agricultura tradicional” demandaria “técnicas modernas de exploração do solo”, o que só seria viável “através de mudanças culturais” que deveriam “ser aceitas e realizadas pelos agricultores”. Ao perscrutar hábitos de vida e formas de trabalho, o estudo apontou que as más condições de habitação, higiene e saneamento eram “as causas principais da elevada mortalidade infantil” entre a população rural. Grande parte da população rural abastecia-se de “água imprópria para o consumo”, captada em nascentes, raramente protegidas da contaminação ou em pequenos mananciais contaminados. Apenas no Baixo Vale do Itajaí é que “mais de 80% das residências” possuíam “poço protegido”, o que era um indicativo de práticas sociais de uma população predominantemente de descendência alemã.<sup>53</sup>

Além disso, apenas entre essas populações seria identificada a maior presença de banheiros cimentados e “com água encanada bombeada do poço e chuveiro”. O Vale do Itajaí seria ainda “a zona mais bem diversificada quanto aos produtos alimentares”, especialmente com melhor valor nutritivo, considerando a “constância da presença do produto na mesa do agricultor”. As habitações dos colonos de descendência alemã seriam as melhores do Estado, havendo “flores, uma pequena horta, frutas rodeando a casa de moradia do agricultor que é sólida e tem um bom aspecto e em geral feita de alvenaria de tijolos e o número de cômodos varia de 4 a 8”. Louva-se a capacidade de agricultores de descendência alemã e italiana, que despendiam “o primeiro esforço na construção de uma boa casa, mesmo que para tanto seja necessário contrair dívida”. No Vale do Itajaí, cerca de 30% das casas possuiriam “nos fundos uma varanda cimentada onde é instalado um poço protegido com bomba, tanque de cimento para lavar roupa e um forno de assar pães, carnes e bolos”. Quanto “aos italianos”, suas residências seriam “menos organizadas”, “mais amplas”, com maior uso de madeira e número de cômodos

<sup>52</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó, Grifos, 1999. p. 51-57.

<sup>53</sup> SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. *Agricultura: diagnósticos e prioridades*. Florianópolis, 1967. p. 47-48; 72.

variando de 4 a 13.<sup>54</sup> Aos descendentes de migrantes europeus foram atribuídas características de laboriosidade, esforço e maiores cuidados sanitários, em contraposição aos demais, especialmente os do litoral. Pode-se sugerir que uma apropriação das teorias da modernização em Santa Catarina passou pela reafirmação, sob novas bases, de representações sociais e ideias que faziam parte dos discursos de elites políticas que adotavam há muito visões de mundo marcadas pelo imigrantismo.

Por outro lado, a valorização da capacidade de trabalho de lavradores em áreas nas quais havia a difusão de esquemas de reprodução familiar caracterizados pela agricultura em tempo parcial e a condição de “colonos-operários” aponta ainda para outro processo. A modernização da produção agrícola ampliou a expansão capitalista no campo sem apontar para transformações na estrutura agrária. Isso significou que o complexo agroindustrial teve grande crescimento, o que foi acompanhado por novos padrões de trabalho a agricultores familiares que se subordinavam aos esquemas da chamada produção integrada, na qual passavam a ser responsáveis pela produção de insumos, especialmente para grandes frigoríficos. Não é mero acaso que no início dos anos de 1960 a Secretaria da Agricultura tenha sido dirigida por representantes das agroindústrias, Atílio Fontana, por parte da empresa agroindustrial Sadia, e Luiz Gabriel, representando outro então grande empreendimento da indústria de alimentos, a Perdigão.<sup>55</sup>

Além disso, cabe considerar outro aspecto. O trabalho da extensão rural confrontava-se com a dispersão espacial dos produtores e as resistências às inovações tecnológicas. Os agricultores mais pobres e descapitalizados eram justamente aqueles que, teoricamente, deveriam ser o foco do trabalho extensionista, visando “sua transformação de tradicional em moderno”. Contudo, em larga medida, os programas voltavam-se para a identificação dos agricultores aptos a obterem crédito rural, sendo que a própria eficiência da extensão rural passava a ser medida pelo montante de valores levantados pelos proprietários rurais junto aos bancos, fazendo com que “assistência técnica” e a modernização estivessem reservadas aos produtores “que tinham acesso às agências bancárias”.<sup>56</sup> Assim, o trabalho foi dirigido não só para arregimentar apoio à modernização agrícola e a mudança em hábitos domésticos, mas para disseminar atitudes empresariais. Programas voltados

---

<sup>54</sup> Idem, p. 49-64.

<sup>55</sup> SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. *Plano de Assistência Técnica Agropecuária 1961-1965*. Florianópolis, 1966. p. 2.

<sup>56</sup> GONÇALVES NETO, Venceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 202-206.

para a juventude procuravam arregimentar “filhos de agricultores de 14 a 25 anos”, que então recebiam “toda uma educação ‘modernizante’”, o que envolvia o “acesso a pequenos créditos, a juros baixos” para a realização de experiências nas propriedades de suas famílias.<sup>57</sup> Tal iniciativa tornou-se posteriormente parte fundamental do Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina, preparando jovens para assumir deveres junto à família e à comunidade, evocando discursos que os situavam no processo de desenvolvimento nacional, bem como selecionando os pequenos proprietários mais aptos a estarem incluídos nos programas oficiais, geralmente entre os descendentes de europeus, excluindo os considerados “atrasados”.<sup>58</sup>

Nos anos que se sucederam ao golpe de 1964, durante a ditadura militar, a extensão rural forneceu quadros para a elite tecnoburocrática que constituiu um vasto aparato governamental, administrativo e técnico para dar suporte à agroindústria e ao chamado agronegócio. Em 1967 foi realizado o I Congresso Nacional de Agropecuária, quando foi elaborado um documento que foi denominado de “Carta de Brasília”. Qualquer discussão a respeito da política agrícola e das opções de desenvolvimento foi descartada em favor da ênfase pela modernização capitalista acelerada. Em Santa Catarina isso significou um ainda maior poderio econômico e um incremento da influência política de grandes grupos agroindustriais, os quais se beneficiaram da legitimidade alcançada junto ao Estado pelas ideias associadas à modernização, tendo o extensionismo rural como um de seus suportes oficiais.

Percebe-se, assim, a partir dos documentos analisados e do repertório constituído em torno de um modelo que favoreceu a produção agrícola voltada para o mercado capitalista em escala internacional, que tanto a chamada “morte do campesinato” quanto a construção da estrutura do agronegócio não decorreram de processos inevitáveis e lineares. Houve a ação coordenada de projetos e sistemas de poder que não apenas buscaram estruturar uma base econômica e empresarial, mas também um aparato social e político que redundou em grandes negócios na mesma medida em que alterou trajetórias de populações inteiras. Posteriormente, com aprofundamento do regime autoritário na década seguinte, apesar das críticas às teorias da modernização e às ações da extensão rural, aprofundou-se a montagem de todo um sistema

<sup>57</sup> PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. UFSC, 1990. p. 55-56.

<sup>58</sup> SILVA, Claiton Márcio da. “Juventude rural e modernização da agricultura: tensões entre extensão rural e movimentos sociais na região Oeste de Santa Catarina (1970-1985). In: ZARTH, Paulo (Org.). *História do campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre, Letra & Vida; Chapecó, UFFS, 2012, p. 195-208.

de produção alimentar pautado pela agroindústria, em especial com a constituição de importantes organismos públicos como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o que extrapolou os alcances de agências como a ACARESC. O repertório da modernização segue como um dos mais frequentemente mobilizados no Brasil em diferentes âmbitos de atuação política, marcando o tempo do presente de nossa sociedade. Na escala regional de observação de tal processo histórico é possível atentar para meandros e dimensões dessa questão que muitas vezes escapam aos analistas preocupados com interpretações abrangentes, mas que deixam de considerar as diferentes peças mobilizadas e articuladas que resultaram nas contradições que hoje vivenciamos.

## Referências

ACARESC. *Plano Diretor para 1963*. Florianópolis, ACARESC, 1963.

ADAS, Michael. *Machines as the measure of men: sciences, technology and ideologies of Western dominance*. Ithaca, Cornell University Press, 1989.

ALONSO, Angela. “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito” In *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, 2012, Vol. 2, n.º 3, p. 21-41.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarcz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

AUED, Bernardete Wrublesk. *A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas*. Florianópolis, UFSC, 1986.

BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Campinas, 1985, 443 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas.

BOSI, Alfredo. “A arqueologia do Estado-providência” In BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia das Letras, 1992. p. 273-307.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, Vozes, 1985.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores livres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

O repertório da modernização agrícola e sua dimensão regional: uma questão do tempo...

EKBLADH, David. *The great american mission: modernization and the construction of na American world order*. Princeton, Princeton University Press, 2010.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press, 1995.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó, Grifos, 1999.

FRANKLIN, Samuel Harvey. *Rural Societies*. Londres, Palgrave, 1971.

FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros” In *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2000, n.º 15, p. 41-61.

GONÇALVES NETO, Venceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

IBGE. *Agro-informativo de Santa Catarina*. Ano I, n.º 5. Florianópolis, fev/1971.

IBGE. VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950 - Estado de Santa Catarina, censo demográfico. Série Regional, Volume XXVII, Tomo 1 - Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

INGLEHART, Ronald; WETZEL, Christian. “How development leads to democracy: what we know about modernization” In *Foreign Affairs*. New York, 2009, Vol. 88, n.º 2, p. 33-48.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

LIMA, Jorge Pinto; RODRIGUES, Lincoln M.; CUNHA, Thiago Ferreira da; TORRES, Yonita Assenço. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura: formação profissional, mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, ABCAR, 1961.

LOHN, Reinaldo L. “Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960)” In *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, 2000, Vol. 9, n.º 18, p. 9-17.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão” In *Topoi*. Rio de Janeiro, 2011, Vol. 12, n.º 23, p. 97-117.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998, 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político” In *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, 2009, n.º. 76, p. 11-48.

MCDONALD, Brian. *Food power: the rise and fall of the postwar American food system*. New York, Oxford University Press, 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil” In *História Unisinos*. São Leopoldo, 2010, Vol. 14, n.º. 2, p. 188-196.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945)” In *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, 2014, Vol. 16, n.º. 1. p. 73-100.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo, Unesp, 1994.

NIEBUHR, Marlus. *Ecoss e sombras: memória operária em Brusque-SC na década de 50*. Itajaí, Ed. Univali, 1999.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis, Epagri, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. UFSC, 1990.

PEREIRA, Analúncia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. “A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)” In *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Porto Alegre, 2015, Vol. 4, n.º. 7, p. 119-138.

RELATÓRIO das sessões plenárias do 1º Congresso Catarinense de Cooperativismo. Chapecó, 12 a 14 de outubro de 1970. Mimeo.

REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” In *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2010, Vol. 15, n.º. 45, p. 434-444.

O repertório da modernização agrícola e sua dimensão regional: uma questão do tempo...

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Ed. Unicamp, 2007.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto nãocomunista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. ACARESC. *Agricultura: diagnósticos e prioridades*. Florianópolis, 1967.

SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. *Plano de Assistência Técnica Agropecuária 1961-1965*. Florianópolis, 1966.

SCHULTZ, Theodore W. "Capital formation by education" In *Journal of political economy*. Chicago, 1960, Vol. 68, n.º 6, p. 571-583.

SEIFFERT, Raquel Quadros. *Extensão Rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)*. Florianópolis, 1990, 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

SEYFERTH, Giralda. "Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários". In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, Museu Nacional; São Paulo, Marco Zero, 1987. p. 103-120.

SEYFERTH, Giralda. "Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro" In *Mana*. Rio de Janeiro, 1999, Vol. 5, n.º 2, p. 61-88.

SILVA, Claiton Márcio da. "Juventude rural e modernização da agricultura: tensões entre extensão rural e movimentos sociais na região Oeste de Santa Catarina (1970-1985)". In: ZARTH, Paulo (Org.). *História do campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre, Letra & Vida; Chapecó, UFFS, 2012, p. 195-208.

SILVA, Claiton Márcio da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Rio de Janeiro, 2009, 226 p. Tese (Doutorado em História). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1973.

VIANA, Oliveira. "Populações meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul" In SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 1º volume. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2002. p. 897-1175.

Reinaldo Lindolfo Lohn

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)” In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 1994, Vol. 37, n.º. 1, p. 24-36.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

Artigo recebido para publicação em 11/02/2022  
Artigo aprovado para publicação em 10/05/2022